



PROCESSO	1428488/2021
INTERESSADO	ANA PAULA ALVES DE CARVALHO
ASSUNTO	PEDIDO DE DESLIGAMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 853/2021 – (CEP-CAU/MT)

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – (CEP-CAU/MT), reunida extraordinariamente, de maneira híbrida (presencial e virtual), no dia 07 de abril de 2022, no uso das competências que lhe conferem o art. 96 do Regimento Interno do CAU/MT, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que a Resolução CAU/BR nº 167, de 16 de agosto de 2018 dispõe sobre alterações do registro de profissionais nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências.

Considerando que o Capítulo IV da Resolução CAU/BR nº 167, de 16 de agosto de 2018 estabelece que o cancelamento do registro do profissional será efetuado pelo CAU/UF competente, quando decorrer de pedido de desligamento do CAU, devendo atender as exigências do art. 14 e 15 da Resolução citada.

Considerando o relatório e voto do (a) Conselheiro (a) Relator Elisângela Fernandes Bokorni.

DELIBEROU:

1. Pelo deferimento do pedido de desligamento do (a) profissional Sr. (a) Ana Paula Alves de Carvalho, protocolo n.º 1428488/2021 devendo o Atendimento do CAU/MT cadastrar no SICCAU com termo inicial a data do requerimento de desligamento.
2. Encaminhar comunicado ao profissional sobre a decisão e esclarecer o que segue:
 - a) Realizado o cancelamento, o profissional voltará à condição de sem registro no CAU, estando proibido de realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais arquitetos e urbanistas e de usar o título de arquiteto(a) e urbanista para fins de exercício profissional e a violação sujeitará a pessoa física às cominações legais por exercício ilegal da profissão na forma do art. 7º da Lei nº 12.378, de 2010.
 - b) Havendo interesse em retornar as atividades, à pessoa física deve requerer um novo registro profissional, devendo cumprir todas as condições e requisitos estabelecidos em regulamentação específica do CAU/BR correlata ao registro de profissional e desde que não tenha débitos pendentes com o CAU, sendo criada uma nova numeração de registro e transferidos todos os dados do registro anterior.
 - c) Em conformidade com o art. 53 da Lei nº 12.378, de 2010, a existência de dívidas pendentes não obsta o desligamento do CAU, todavia, o pedido de desligamento do CAU, com consequente cancelamento do registro, não extingue as dívidas do arquiteto e urbanista com o CAU, as quais serão cobradas pelas vias administrativas e/ou judiciais, conforme normativos específicos do CAU/BR acerca de anuidades e cobrança de valores.



PROCESSO	1428488/2021
INTERESSADO	ANA PAULA ALVES DE CARVALHO
ASSUNTO	PEDIDO DE DESLIGAMENTO

3. Após o cadastramento e comunicação, o setor técnico do CAU/MT deve verificar a existência de dívidas pendentes e havendo, que realize o encaminhamento do processo ao setor competente para cobrança administrativas e/ou judiciais.

Com **04 votos favoráveis** dos Conselheiros Elisangela Fernandes Bokorni, Karen Mayumi Matsumoto; Thiago Rafael Pandini e Alexsandro Reis; **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **00 ausências**.

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI

Coordenadora

KAREN MAYUMI MATSUMOTO

Coordenadora Adjunta

THIAGO RAFAEL PANDINI

Membro

ALEXSANDRO REIS

Membro
